Resenha Bibliográfica

THE END OF A TRADITION: CULTURE CHANGE AND DEVELOPMENT IN THE MUNICIPIO OF CUNHA, SÃO PAULO, BRAZIL

Por Robert W. Shirley. New York, London, Columbia University Press, 1971. 304 p., US$ 10.00.

Cunha foi o local do primeiro estudo de comunidade realizado no Brasil: o de Emílio Willems, **Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil** (1947); que provocou um notável impacto na vida intelectual paulista — chamou a atenção da **intelligentzia** urbana para a cultura camponesa existente no estado.

O trabalho de Willems surgiu num momento em que estudos de comunidade começavam a ser considerados importantes e alguns anos depois diversos outros semelhantes, feitos no Brasil, foram publicados por Charles Wagley, Marvin Harris, Donald Pierson e Anthony Leeds. Mas deve-se dizer que a metodologia de estudos de comunidades nunca foi popular entre os cientistas sociais brasileiros que têm preferido uma abordagem mais ampla de estudos de problemas sociais. Apesar disso, diversos brasileiros como, por exemplo, Oracy Nogueira, Fernando Altenfelder Silva, Esdras Borges Costa, Afonso Trujillo Ferrari e Gioconda Mussolini realizaram estudos de comunidade. Não há dúvida, entretanto, de que o documento mais importante sôbre a cultura caipira é de Antonio Cândido: **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sôbre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida** (1964)

Os estudos de comunidade, por serem intensamente descritivos, constituem fontes valiosas de informações sôbre a realidade brasileira e servem como instrumentos para análises teóricas. Assim, seria quase impossível realizar-se análise sôbre a estrutura de parentesco, sôbre padrões de comportamento religioso ou de estratificação social sem se referir a êles.

Mas, nesse quadro geral, Cunha constitui uma exceção porque não é só a primeira comunidade brasileira a ser estudada. É, também, a mais estudada comunidade. Depois de Willems, Pierre Monbeig, Carlos Borges Schmidt, Alceu Maynard de Araujo e Mario Wagner Vieira da Cunha escreveram sôbre ela. E agora, surge o trabalho de Shirley.

The end of a tradition é resultado de pesquisa realizada em 1965 e foi apresentado originalmente como tese de doutorado junto ao Departamento de Antropologia da Columbia University.

O autor descreve as transformações acontecidas em Cunha como resultado do processo de industrialização de São Paulo. Assim, o livro não é uma réplica do estudo de Willems, mas utiliza-se dêle para analisar as mudanças socioeconômicas ocorridas em Cunha entre 1947 e 1965. E quais foram elas? A primeira e mais evidente dá-se ao nível da economia. Há uma grande divisão da terra devido às leis de herança do Brasil e uma grande expansão do emprêgo urbano. Além disso, a economia de Cunha, que era bàsicamente isolada e auto-suficiente, passa a integrar-se no mercado regional do vale do Paraíba e da região metropolitana de São Paulo. A

segunda grande transformação de Cunha é no seu sistema de estratificação social. A elite cunhense era agrária e local. Hoje, a mesma elite é urbana e origina-se de fora da cidade. Essa modificação deve-se à expansão das funções do estado, que implanta em Cunha uma burocracia moderna. Como resultado disso, as autoridades locais deixaram de ser dependentes dos fazendeiros e êstes perderam poder.

A tese central defendida por Shirley é, portanto, a de que o processo de industrialização de uma sociedade agrária provoca a urbanização e a integração de comunidades isoladas em uma rêde urbana mais ampla, ao mesmo tempo que o sistema de estratificação ao nível local sofre um processo de diferenciação e especificação funcional.

A grande dificuldade em pesquisas de tal natureza é o de se saber se as transformações específicas que existem na comunidade são generalizáveis para o resto do País ou se são, apenas, fenômenos locais. Além disso, um estudo de comunidade como o de Shirley não permite inferências sôbre a velocidade e a intensidade das mudanças socioeconômicas. É até mesmo possível que Cunha não seja uma "comunidade típica" do estado de São Paulo, pois localiza-se em região social e econômicamente periférica.

Mas, apesar dessas dificuldades metodológicas, o livro de Robert W. Shirley contém hipóteses interessantes sôbre o processo de modernização da sociedade brasileira.

MANOEL TOSTA BERLINCK

PLANALTO

Por Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

Após o lançamento de **A alma do tempo** (1961) e **A escalada** (1965), livros de interêsse político e literário, Afonso Arinos de Melo Franco apresenta-nos **Planalto,** que é o terceiro volume de suas memórias. Nela, o ex-homem público dá continuidade às suas recordações, narrando fatos e acontecimentos que vêm preencher uma lacuna na biografia de nossa história política contemporânea.

Sua obra desenvolve-se em dois planos distintos: um subjetivo, onde aparecem suas concepções estéticas sôbre literatura e arte; outro objetivo, retratando sua ação como ministro do govêrno de Jânio Quadros, de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agôsto de 1961.

Trataremos só da segunda parte, pois os fatos aí relatados — e que nos são tão próximos — ajudam-nos a ter uma melhor compreensão de nossa história política, principalmente no que diz respeito à chamada política externa independente.

Para o autor, política externa independente é parte da concepção que se deve ter de Estado. O conceito de Estado mudou. No princípio do século XX, as chamadas grandes potências exprimiam mais um conceito histórico-cultural do que industrial-militar. A era industrial atômica veio dar uma nova posição à hierarquia dos Estados. Hoje devemos pensar em superpotências atômicas (EUA **versus** URSS); as outras (Inglaterra, Alemanha Ocidental, Canadá, França e Japão), apesar de grandes potências, não deixam de ser Estados subordinados às regras do jôgo, traçado pelos dois colossos da técnica, da economia e da capacidade destrutiva. Na sua opinião, só um país estaria em condições de evoluir de subordinado para o primeiro plano: a China. E o autor coloca o Brasil, no quadro atual, sem meios de ocupar um pôsto de grande potência, embora tenda para isso, se até o fim do século os seus governantes souberem conduzi-lo.

Segundo êle existem dois conceitos fundamentais na política externa independente: motivação e princípios. O mundo é composto de Estados Nacionais; assim sendo, a primeira motivação da política externa é a salvaguarda dos interêsses do Estado e da Nação, na medida em que êles possam ser atendidos — ou atingidos — pelas relações internacionais. Além disso, temos as questões ligadas ao esfôrço da humanização, visando à consolidação da justiça e da paz entre os povos. Já no plano nacional, a formulação à defesa dos interêsses de um Estado vai ser executada por via da disposição coercitiva (lei). A subordinação dos indivíduos e grupos internos à lei é da essência da política interna; a autonomia na negociação é da natureza da política externa.

A autonomia da política externa independente é a única forma pela qual as personalidades nacionais podem manifestar-se no panorama mundial, e contribuir, segundo a área de influência em que se encontrem, para que os Estados de primeira ordem possam chegar às soluções de interêsse comum. A ação autônoma das potências de segunda ordem, concretamente, visa sempre às soluções pacíficas, sendo certo que a paz é, afinal, o interêsse supremo de todos os Estados, inclusive dos maiores.

A essência de sua filosofia aparece explicada no caso cubano. Jânio fôra convidado a visitar Cuba e deveria aceitar o convite, desde que a viagem fôsse uma tentativa de reaproximar Cuba do sistema continental, isto é, Havana de Washington. Para o autor, a manobra não teve êxito devido aos erros sucessivos do govêrno norte-americano.

Na época, a nossa linha política com relação a Cuba era complexa: plena autonomia e, ao mesmo tempo, subordinação desta decisão aos compromissos internacionais, principalmente aos princípios de não-intervenção e de repulsa ao comunismo internacional; e não-aceitação, dentro do sistema interamericano, de um Estado integrado no sistema comunista, mas, com uma política de não-represália contra êsse Estado. A posição teve apoio na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, mas foi atacada por Carlos Lacerda, que no entender do autor, é o principal responsável pelo caminho da submissão tomada pela nossa política externa.

Enquanto que nossa política era aceita nos EUA pelo Departamento de Estado, aqui desencadeava-se a campanha direitista contra o govêrno, com ataques que partiam da imprensa e mesmo do Congresso e que, para o autor, foi um dos motivos da crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Os ataques, mais a atuação de Carlos Lacerda; a reação de certos grupos econômicos que receavam uma linha tida por esquerdista; a pressão da imprensa beneficiada pela publicidade das agências norte-americanas; o comércio do Rio tão influído pelos portuguêses e a ação de Salazar, etc. são algumas das fôrças que formam a corrente direitista que faz acusações a esta política. Afonso Arinos relata que chegou a receber a visita assustada de Roberto Marinho, de **O Globo,** e Jorge Matos e Mário Ludolf, dirigentes de uma dessas federações empresariais.

Além do caso cubano, outros episódios são descritos: as questões relativas a Portugal e suas colônias na África; as missões econômicas de João Dantas aos países socialistas, para tentar a ampliação do intercâmbio econômico; a de Roberto Campos aos países credores do ocidente europeu, a fim de conseguir um escalonamento favorável das nossas dívidas; afinal, a do Sr. João Goulart, então Vice-presidente, à China Comunista.

Com relação à renúncia de Jânio Quadros, o autor é de opinião que o seu govêrno, embora certo nos fins, não empregou os meios adequados e oportunos. Quis chegar em poucas semanas aos seus objetivos. O Presidente, com os seus métodos dramáticos e publicitários assustou os grupos conservadores nacionais, inclusive o Congresso, com aparências que não correspondiam a nenhuma realidade. Uniu correntes políticas derrotadas, que queriam voltar ao poder. Assim, a ausência de um dispositivo político capaz de dar corpo às suas idéias, aliada a grande pressão interna, levaram-no à renúncia.

Quanto à crise e à oposição à subida de João Goulart para a Presidência da República, o autor apóia a mudança do regime presidencialista para parlamentarista, pois o primeiro